

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA
PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SMP Nº
02/2021**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

Este Termo de referência visa estabelecer diretrizes e fornecer insumos à PESSOA AUTORIZADA para a elaboração de ESTUDOS que contemplem solução para o melhoramento, embelezamento, manutenção e exploração comercial e turística da PRAÇA JÚLIO MESQUITA, incluindo a revitalização e a ocupação do espaço do AEROMOVEL e das ÁREAS VERDES subjacentes.

2. HISTÓRICO DA ÁREA

A PRAÇA JÚLIO MEQUISTA está localizada entre a avenida Presidente João Goulart e a rua General Salustiano. No ano de 2016, foi totalmente revitalizada. A Praça faz parte do Sítio Arqueológico da Ponta da Cadeia. Antes da emissão da ordem de início para a revitalização, foi necessário contratar uma equipe de arqueologia, que realizou um relatório para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Durante a obra, os arqueólogos revelaram o alicerce do portão de entrada da cadeia demolida na década de 1960. Segundo o arqueólogo Alberto Tavares, provavelmente essas pedras foram assentadas por pessoas escravizadas, por uma mão de obra executada no período do Império.

Com a remoção do presídio, a fundação ficou aterrada e escondida. Por sugestão dos arqueólogos envolvidos e da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), foram deixados dois volumes em concreto que representam o marco da entrada da antiga cadeia. O presídio chegou a abrigar mais de mil detentos e foi, durante décadas, um ponto de referência em Porto Alegre.

O AEROMOVEL é um meio de transporte automatizado em via elevada que se baseia no princípio da substancial redução do peso-morto por passageiro transportado, por meio no emprego de veículos leves, sem motores ou sistema de tração embarcados, resultando em estruturas de sustentação mais leves. A linha do AEROMOVEL em Porto Alegre foi construída na década de 80, com recursos privados para o desenvolvimento de tecnologia dos chamados People Mover. Na primeira etapa de construção, concluída em março de 1983, foram implantados 650 metros de via, iniciando próxima à rua Augusto de Carvalho até a estação de tratamento do DMAE, com a implementação da Estação Fazenda, em frente ao prédio da Receita Federal.

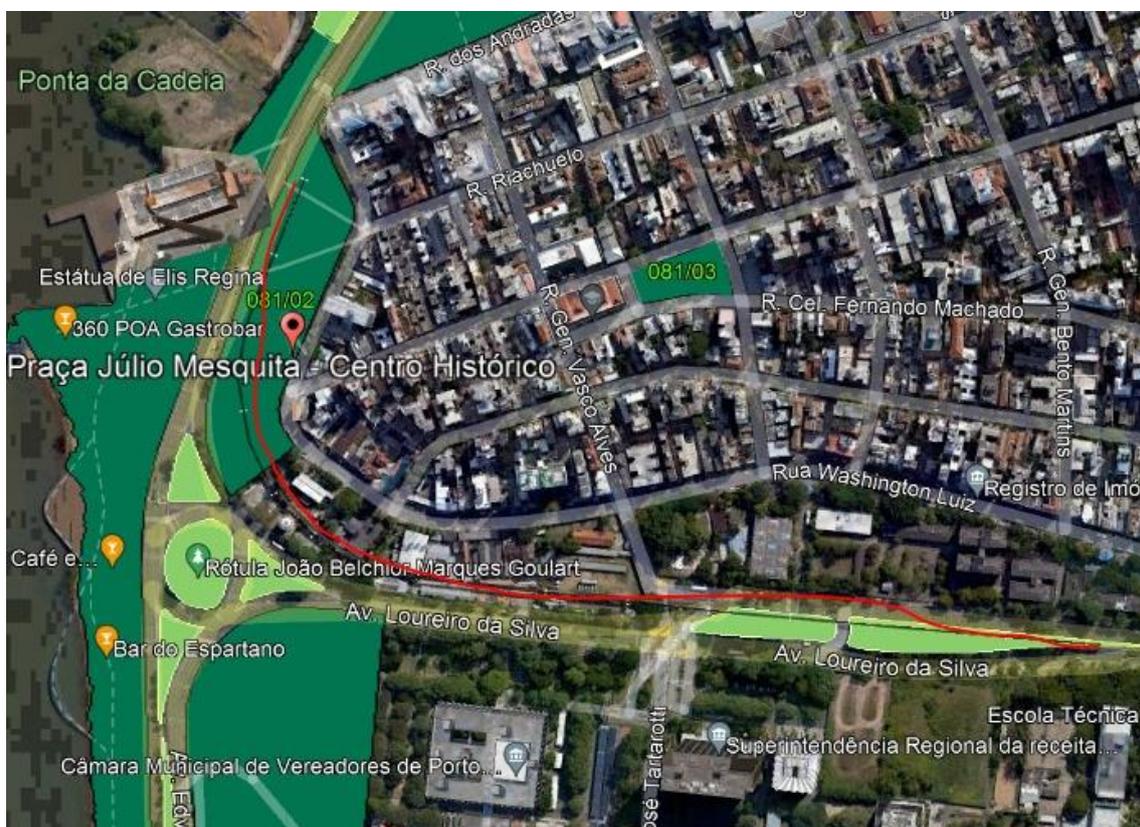
Na segunda etapa, em 1987, foram implantados mais 375 metros, com extensão da linha de testes até a Usina do Gasômetro e a construção da Estação Gasômetro, totalizando 1.025 metros de via elevada. A implementação do trecho piloto teve caráter exploratório, com a finalidade de testagem da tecnologia. Ao longo do tempo a empresa AEROMOVEL desenvolveu diversos ESTUDOS e se dedicou a viabilizar a utilização desta linha como meio de integração ao transporte de massa, porém estes nunca foram concretizados.

3. DESCRIÇÃO DA ÁREA

3.1. Características Gerais da Estrutura da PRAÇA JÚLIO MESQUITA e Verdes Complementares

A PRAÇA JÚLIO MESQUITA possui uma área de 15.317m², e está delimitada na figura abaixo como 081/02. Foi revitalizada no ano de 2016 a partir do PROJETO do arquiteto Jaime Lerner. Conta com deck de madeira em grande área, uma quadra de futebol com cercamento, academia ao ar livre e um parquinho infantil, além da iluminação. A infraestrutura e as rampas são de concreto armado com uso de sapatas e sapatas corridas para apoio posterior do deck.

Figura 1. PRAÇA JÚLIO MESQUITA e áreas próximas



3.2. Características Gerais da Estrutura do AEROMOVEL

A extensão que compreende a estrutura do sistema AEROMOVEL possui aproximadamente 1.000 metros e o trilho encontra-se elevado do solo em média a uma altura de 5,5 metros. A Estação Fazenda possui uma plataforma com 5 (cinco) metros de largura e 25 (vinte e cinco) metros de comprimento, totalizando uma área de 125m². Já a Estação Gasômetro, localizada sobre a PRAÇA JÚLIO MESQUITA, mede 30 (trinta) metros de comprimento, com 06 (seis) metros de largura, totalizando uma área de 180m².

A linha piloto do sistema AEROMOVEL, localizado na Av. Loureiro da Silva, sem número, bairro Centro, em Porto Alegre/RS consiste em um uma via única (via permanente) para a operação de um veículo entre duas estações. O trecho possui duas

Tabela 1. Descrição da área

Comprimento total da via	1067 metros
Trecho em curva	364 metros
Via dupla	75 metros
Viga de desvio	1 unidade de 9,90 metros
Estações de passageiros	2 unidades
Elevação (active)	6% entre os pilares P06 e P08
Número de pilares	48 unidades
Número de vigas via	42 vigas
Número de vigas estações	3 Vigas

4. A JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O PROJETO se justifica por vários aspectos. Primeiro, pelos ganhos advindos da desoneração dos cofres públicos diante da transferência da responsabilidade da manutenção da PRAÇA JÚLIO MESQUITA, e da revitalização do AEROMOVEL, para parceiro privado. Segundo, poderá usufruir de mais um espaço público moderno, de qualidade, visualmente atraente e com oferta de serviços, atividades de lazer, cultura e entretenimento. Por fim, o futuro parceiro privado, poderá explorar uma área nobre do município, próximo à Orla do Guaíba, da Usina do Gasômetro e Embarcadero, em um arranjo jurídico que propicie a liberdade para propor seu plano de negócio.

Diante do exposto, o PROJETO tem potencial para se tornar um novo ambiente de convívio para população porto-alegrense, e um novo destino para turismo, com geração de emprego e renda, estimulando os aspectos sociais, econômicos e turísticos da cidade, sendo mais uma atração a se somar na Orla do Guaíba, com possibilidade de atividades gastronômicas, eventos, atividades culturais.

5. ESCOPO DO PROJETO

5.1. Diretrizes Gerais

Desenvolver um modelo de negócio que equilibre a disponibilidade de espaços públicos e gratuitos com espaços multiuso de exploração comercial e turística.

O modelo de negócio não deve contemplar qualquer tipo de contrapartida ou aporte de recursos da Administração Pública Municipal.

Quanto à PRAÇA JÚLIO MESQUITA e ÁREAS VERDES, propõe-se o melhoramento, manutenção e conservação visando proporcionar e fomentar princípios associados à saúde urbana, incremento da qualidade de vida, da socialização e da convivência no espaço público; podendo desenvolver atividades com fins comerciais e turísticos.

Em relação ao denominado AEROMOVEL, propõe-se a revitalização, a manutenção e a exploração com fins comerciais e turísticos do equipamento público,

instalado da Praça Júlio de Mesquita até a Avenida Loureiro da Silva, 40, podendo incluir sua ativação. Cita-se como exemplo a infraestrutura conhecida como High line, localizada em Nova York, similar ao da linha elevada do AEROMOVEL. Pode-se utilizar a estrutura como uma passarela para caminhada e contemplação da paisagem, incluindo atividades gastronômicas, de entretenimento, de cultura e de lazer. Ver os seguintes sítios de internet com exemplos destacados de exploração turística:

- <https://www.thehighline.org/> ,
- <https://www.camdenhighline.com/>,
- <https://www.paris-walking-tours.com/promenadeplantee.html>,

Para isso poderá contemplar a revitalização das estações de acesso e/ou novas formas de acesso ao público pedestre.

5.2. Das Questões Ambientais

As atividades planejadas deverão observar as licenças necessárias para operação da atividade, conforme legislação pertinente, principalmente as definições contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental e na Lei Ordinária no 8.267 de 29 de dezembro de 1998 e o modelo de negócio.

5.3. Das Disposições Gerais

Além dos ESTUDOS exigidos neste instrumento, ao interessado é facultada a apresentação de complementos que indiquem inovações, melhorias e alternativas para alcançar economicidade, eficiência, ganhos de escala e outros benefícios na execução do PROJETO, incluindo alternativas para captação e potencialização da demanda, ficando a critério da PESSOA AUTORIZADA a proposta da reativação ou não do veículo de transporte para fins turísticos.

Poderão ser apresentadas soluções que privilegiem a modularidade e escalabilidade das intervenções de OPEX, de forma a reduzir o risco de implantação, a elevar o retorno financeiro do futuro concessionário e a acompanhar de forma mais eficiente a curva de demanda da(s) Unidade(s) Geradora(s) de Caixa(s) (UGC) proposta(s) no estudo.

Observado isso, tem-se que a área do ESTUDO deverá ser revitalizada mediante soluções construtivas e criativas que atinjam o objetivo pretendido, por meio de modelos de negócio que se demonstrem compatíveis com o uso do solo.

6. ESTUDOS TÉCNICOS

6.1. Diagnóstico e ESTUDOS Preliminares

6.1.1. ESTUDOS de Benchmark

Deverá ser realizado um levantamento prévio de soluções utilizadas em projetos similares no Brasil e no mundo, sob as perspectivas de engenharia e de modelo de negócios, descrevendo as estratégias utilizadas em cada caso e de que forma isso poderia ser replicado para este PROJETO.

6.1.2. Diagnóstico da Situação Atual

Os ESTUDOS deverão ponderar as condições atuais da área de influência do PROJETO, considerando:

- a. Situação ambiental da área de influência do PROJETO;
- b. Legislação municipal e federal afetas ao PROJETO;
- c. Condicionantes legais, regulatórias e normativas para a realização do PROJETO;
- d. Situação da infraestrutura física existente na área e cobertura vegetal;
- e. Situação dos sistemas técnicos e equipamentos;
- f. Diagnóstico de acessibilidade (viária e de circulação de pedestres).

6.1.3. Estudo de Demandas e Necessidades

O estudo deverá possibilitar a identificação de possíveis modelos de negócio a serem implementados como fonte de receita, atividades principais e acessórias, base para o desenvolvimento dos ESTUDOS de viabilidade econômico-financeira. Os seguintes tópicos devem ser observados:

- a. Os equipamentos já existentes e as atividades já autorizadas;
- b. Possibilidades quanto às novas UGCs, equipamentos e atividades a serem exploradas;
- c. Preços atuais e previsões de reajuste para cada unidade de negócio, equipamentos e atividades a serem exploradas;
- d. Outros itens que tenham relevância na análise atual da demanda e nas projeções futuras;
- e. Possibilidades de mercado relativas às características da região, como realização de festas, eventos de turismo, feiras, ações de publicidade, dentre outros.

6.2. Modelagem do PROJETO

6.2.1. Modelagem Operacional

A modelagem operacional consistirá na apresentação de forma e de dimensionamento dos processos de implantação e gestão do PROJETO, com base na demanda a ser atendida, no nível de qualidade almejado e no planejamento para geração de receitas principais e acessórias, advindas de fontes a serem sugeridas, respeitada a legislação vigente. A fim de atingir estas metas, devem ser elaborados um Plano de

Operação e um Plano de Manutenção dos espaços criados, e um Sistema de Mensuração de Desempenho.

6.2.1.1. *Plano de Operação*

O Plano de Operação deverá detalhar o conjunto de procedimentos e metodologias para adequada execução das atividades comerciais, publicitárias e de operação e logística de acordo com o modelo de negócio a ser proposto.

6.2.1.2. *Plano de Manutenção*

O Plano de Manutenção inclui as metodologias de execução, demandas por equipamentos e estruturas físicas necessárias, bem como mão de obra para a adequada operação proposta e cumprimento das diretrizes estabelecidas.

6.2.1.3. *Mensuração de Desempenho*

O PROJETO deverá conter um Sistema de Mensuração de Desempenho, dispondo de um conjunto de indicadores para a avaliação do desempenho do Parceiro, proporções desses indicadores e o impacto no sistema de pagamento de outorga, se houver. Deverá ainda conter a metodologia de mensuração.

Os indicadores de desempenho deverão contemplar, não restrito à, as seguintes áreas:

- a. Implantação - avalia o cumprimento dos prazos referentes à construção, instalação e inauguração das atrações constantes no PROJETO;
- b. Operação - avalia a disponibilidade e qualidade da infraestrutura e dos serviços, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos para os mesmos;
- c. Manutenção, Conservação e Limpeza - avalia a manutenção nos níveis de eficiência atingidos pela concessionária, bem como a limpeza dos ambientes e conservação dos equipamentos e área verde;
- d. Segurança - avalia o nível de segurança efetivo;
- e. Gestão - avalia as ações para efficientização de recursos e uso consciente, bem como administração geral do parque e estacionamento;
- f. Coleta e Descarte de Resíduos - avalia a gestão dos resíduos, tanto do ponto de vista de planejamento, quanto da execução;
- g. Satisfação dos Usuários - busca visualizar a experiência do ponto de vista do usuário.

6.2.2. *Estudos de Arquitetura e Engenharia*

Esta parte dos ESTUDOS consiste em especificações com características de anteprojeto (AP), ou seja, documentos técnicos que permitam a caracterização das intervenções propostas, bem como estimativa dos custos e prazos de execução dos serviços, com grau de certeza suficiente, podendo ser considerados, de preferência, de execução referencial e não obrigatória. Devem ser considerados os componentes e

instalações já existentes, bem como investimentos e obras já contratadas pelo município e aspectos de impacto urbanístico, de patrimônio histórico e ambiental.

Os ESTUDOS relativos ao cenário escolhido devem contemplar os seguintes requisitos mínimos:

- a. Estudo conceitual, de forma a fornecer visão global do PROJETO de reforma e restauro e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b. Memorial descritivo;
- c. Planta de situação, plantas esquemáticas de todos os níveis, ESTUDOS básicos dos layouts internos, cortes, elevações e perspectivas ilustrativas, ESTUDOS de visadas;
- d. Identificação e mapeamento de áreas de implantação do PROJETO; e discriminados em elementos de maior representatividade sobre o valor do investimento (materiais, equipamentos, obras civis, despesas ambientais, aprovações e licenciamentos, dentre outros).
- e. Identificação das soluções técnicas de engenharia e arquitetura escolhidas para o PROJETO;
- f. Requisitos técnicos e operacionais mínimos, globais e localizados, para as atividades a serem implementadas;
- g. Requisitos para eventuais construções;
- h. Identificação dos tipos de intervenções a serem executadas, dos materiais e equipamentos a serem utilizados, sendo desejável a apresentação dos projetos de infraestrutura necessários às intervenções propostas entre eles, mas não restritos à drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário, energia elétrica e gás, pontos de coleta seletiva de resíduos sólidos, rede de iluminação pública e de telecomunicações;
- i. Identificação dos métodos construtivos;
- j. Orçamento do custo global das obras, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;
- k. Plano de implantação, dimensionamento e caracterização das intervenções e construções previstas, contemplando os conceitos de construção sustentável e de acessibilidade universal;
- l. Cronograma físico-financeiro das obras;
- m. Planta ilustrativa da proposta.

6.2.3. Estudos Ambientais

Esta parte dos ESTUDOS consiste na análise preliminar das questões ambientais, principalmente àquelas relacionadas às instalações e equipamentos, apontando se há algum fator ambiental impeditivo e/ou que demande um processo de licenciamento mais complexo que possa impactar de forma significativa:

- a. Cronograma de implantação do projeto;
- b. Medidas compensatórias e/ou mitigadoras;
- c. Certificação ambiental;
- d. Diretrizes para o licenciamento e cumprimento das normas vigentes;
- e. Estudo de Impacto de Vizinhança; e
- f. Necessidade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

- g. Identificação e análise dos riscos/impactos socioambientais, dos passivos existentes, com a proposta de ações de mitigação e quantificação, inclusive os relacionados à execução de eventuais obras durante as fases de construção e operação do projeto.

6.2.4. Modelagem econômico-financeira

A modelagem econômico-financeira deverá contemplar estudo da viabilidade e sustentabilidade do ESTUDO do ponto de vista econômico-financeiro, que incluirá demonstração dos resultados quantitativos estimados para o ESTUDO, previsão de investimentos, prazo do contrato, vantagem econômica para o Município.

6.2.4.1. Estudo de viabilidade econômico-financeira da concessionária (Avaliação Financeira)

Esta parte dos estudos consiste em relatório explicativo da modelagem financeira, contendo a justificativa de todas as premissas utilizadas e dispondo minimamente dos seguintes itens:

- a. Premissas macroeconômicas e financeiras;
- b. Premissas fiscais e tributárias;
- c. Modelo de remuneração do futuro contratado (com prioridade àqueles que não impliquem desembolso pela Administração Pública Municipal);
- d. Descrição e dimensionamento das fontes de receitas (principais e complementares), com respectivas premissas e com base em projeção de cenários de demanda;
- e. Dimensionamento de custos e despesas, discriminando-os entre fixos e variáveis (OPEX);
- f. Cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos (fixos e pré-operacionais, iniciais e reinvestimentos), por etapa e por fase de implantação, caso haja, incluindo os prazos para obtenção das licenças de instalação e operação, se aplicável (CAPEX);
- g. Descrição da estrutura de capital (próprio e de terceiros);
- h. Descrição do tipo de dívida e dos instrumentos financeiros utilizados (ponte e/ou longo prazo, sênior e/ou subordinada, empréstimos bancários, utilização de valores mobiliários, melhorias de créditos, linhas de crédito de fomento ao turismo etc.), montante, prazo e condições (carência, método de amortização, periodicidade de pagamento, garantias, periodicidade da liberação do recurso, entre outros);
- i. Premissas para projeção de capital de giro;
- j. Premissas para a recuperação do investimento por parte dos acionistas ao longo do prazo da concessão (distribuição de dividendos, redução de capital, entre outros).
- k. Valor a ser pago pela outorga, se houver, considerando as consequências associadas ao descumprimento dos parâmetros de desempenho, conforme Sistema de Mensuração de Desempenho a ser desenvolvido nos moldes do item 6.2.1.3.;

- l. Avaliação e justificativa para o prazo de concessão adotado, considerando os requisitos legais, a remuneração do concessionário e o desgaste da infraestrutura;
- m. Avaliação e justificativa para a taxa interna de retorno (TIR) adotada;
- n. Relatório explicativo da modelagem financeira, contendo a justificativa de todas as premissas utilizadas
- o. Valor do contrato.

Além disso, deverão ser demonstrados os principais resultados esperados do modelo financeiro na forma dos itens abaixo:

- a. Resultado econômico – Fluxo de Caixa Descontado do ESTUDO e do Acionista;
- b. Taxa Interna de Retorno do ESTUDO e do Equity (TIR);
- c. Alavancagem financeira máxima;
- d. Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;
- e. Produção de indicadores a exemplo de exposição máxima, custo médio ponderado de capital (WACC), payback, entre outros;
- f. Outras informações que julgarem necessárias.

Todas as premissas deverão ser incorporadas e evidenciadas na elaboração de planilhas que serão entregues junto ao relatório e compondo os seguintes painéis:

- a. Painel de controle (sumário);
- b. Demonstração de Resultados de Exercício;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração de Fluxo de Caixa Direto e Indireto;
- e. Termos e condições da outorga;
- f. Investimentos e manutenções periódicas (CAPEX);
- g. Depreciações e amortizações;
- h. Termos e condições de financiamento;
- i. Receitas, detalhadas por linhas de negócios, tipos de produtos e/ou serviços prestados, com a respectiva quantidade e preços praticados;
- j. Custos de operação e manutenção (OPEX);
- k. Custo médio ponderado de capital (WACC);
- l. Análises de Sensibilidade;
- m. Outras que se julgarem necessárias.

6.2.5. Modelagem Jurídica

Os ESTUDOS deverão apresentar modelagem jurídica que melhor se adeque aos preceitos do Edital e ao PROJETO, considerando todos os envolvidos, entes público e privado e devendo cumprir o que segue:

6.2.5.1. Desenho e Estruturação do modelo jurídico

A Modelagem Jurídica referente ao desenho e estruturação do modelo jurídico apresentado deverá apresentar:

- a. Análise jurídica institucional, legal e regulatória pertinentes ao PROJETO, incluindo aspectos regulatórios ambientais, de patrimônio histórico, de zoneamento, de trânsito e quaisquer outros aspectos de natureza jurídico regulatória aplicáveis;
- b. Análise dos fatores jurídicos, técnicos e procedimentais da Administração Pública Municipal necessários e condicionantes da publicação do edital do PROJETO, indicando as ferramentas jurídicas necessárias para as soluções propostas e formulando suas respectivas minutas, inclusive para fins de alteração legislativa, caso necessária;
- c. Análise jurídica indicando expressamente a modalidade jurídica de contratação para o PROJETO e avaliação comparativa de viabilidade entre o modelo indicado e outros modelos alternativos que necessariamente não impliquem desembolso pela Administração Pública Municipal; e
- d. Análise jurídica dos aspectos tributários do modelo de contratação e operação escolhido, contemplando as diretrizes regulatórias legais e infralegais, municipais, estaduais e federais, e outros aspectos normativos tributários que incidam no PROJETO.

6.2.5.2. Avaliação de impacto e risco

A Modelagem Jurídica referente à avaliação de impacto e risco deverá apresentar:

- a. Descrição da matriz de riscos com a sua adequada alocação entre as partes, análises de consequências, estimativas de probabilidade e medidas mitigadoras, de modo que a alocação do risco seja assumida pela parte capacitada em gerenciá-lo da forma mais econômica possível;
- b. Descrição detalhada de direitos, obrigações e encargos do parceiro público e do parceiro privado;
- c. Descrição analítica dos mecanismos de regulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e
- d. Análise jurídica contendo estruturação de sanções e penalizações, mecanismos de fiscalização, mecanismos de resolução de controvérsias e sugestão de estrutura de garantias a serem providas pelo parceiro privado.

6.2.5.3. Minutas de instrumentos jurídicos e demais documentos

Dentre as minutas de instrumentos jurídicos licitatórios e demais documentos necessários à implementação do PROJETO, devem constar:

- a. Minutas de leis, decretos e outros atos normativos necessários;
- b. Minuta de edital de licitação do PROJETO e seus anexos, bem como minuta do contrato e seus anexos, os quais deverão conter, além das cláusulas obrigatórias, conforme o caso, previstas no art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos arts. 23 e

23-A da Lei Federal nº 8.987/1995 e no art. 5º da Lei Federal nº 11.079/2004, os seguintes itens:

- Definições dos termos do edital e do contrato;
 - Disposição e definição dos mecanismos de remuneração e fontes de receitas do parceiro privado;
 - Possíveis contrapartidas a serem revertidas à Administração Pública Municipal em razão da exploração da área e dos serviços prestados, tais como mecanismo de pagamento de outorga ou compartilhamento de receitas ou lucros;
 - Mecanismos de fiscalização e regulação do contrato;
 - Estrutura de garantias privadas;
 - Bens reversíveis;
 - Aspectos tributários contratuais;
 - Regras de reajuste de preços públicos, onde couber;
 - Mecanismos que disciplinem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - Previsão e definição dos índices de desempenho a serem considerados;
 - Estabelecimento de regras de pagamento de outorga e compartilhamento de receitas vinculadas ao desempenho na execução do contrato; e
 - Indicação de procedimentos necessários para garantir o direito aos usuários.
- c. Minutas de instrumentos jurídicos necessários e condicionantes da publicação do edital do PROJETO.

7. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS

A Requerente deverá descrever a metodologia que será empregada para o desenvolvimento dos ESTUDOS, a partir da elaboração de um Plano de Trabalho, empregando as melhores práticas de elaboração, segundo normas e procedimentos pertinentes, observadas as premissas contidas neste Termo de Referência.

8. PRODUTOS DOS ESTUDOS

Os produtos a serem entregues devem conter os itens e subitens descritos nesse Termo de Referência, a exemplo do quadro a seguir:

Quadro 1 – Produtos dos ESTUDOS

Produtos
A – Proposta conceitual de uso da AREA DOS ESTUDOS
B – Diagnóstico e estudos Preliminares; Modelagem Operacional
C – Estudos de Arquitetura e Engenharia
D – Modelagem Econômico-Financeira

E - Modelagem Jurídica

Todos os valores apresentados deverão ser expressos em reais (R\$) constantes, além de considerar a Norma Contábil vigente (IFRS) e o Regime Fiscal vigentes no País. Caso seja necessária a utilização de índice como deflator, este deverá ser indicado. Os documentos assinados deverão ser disponibilizados em arquivo digital em formato “pdf”.

Em todas as páginas dos documentos digitalizados deverão constar a rubrica do responsável pelo produto. O material também deverá ser disponibilizado em formato aberto que permita edição, como “doc” ou similar. Mapas e plantas deverão ser devidamente georreferenciados e apresentados em formato editável: “dgn”, “dwg”, “shapefile”, “kml” ou similar.

Quadros e tabelas deverão conter a fonte dos dados apresentados. As tabelas e planilhas numéricas deverão também ser apresentadas em formato “xls” ou similar, com a memória de cálculo devidamente registrada.

Os Agentes Autorizados deverão preservar todos os documentos originais apresentados até o término do PMI.

Os ESTUDOS deverão ser protocolados em duas vias iguais na sede da Secretaria Municipal de Parcerias (SMP), no endereço indicado no preâmbulo do Edital.

9. CRONOGRAMA DOS ESTUDOS

O prazo máximo para a conclusão dos ESTUDOS será de até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do TERMO DE AUTORIZAÇÃO de realização dos ESTUDOS. O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação de pessoa autorizada e avaliação da SMP. A PESSOA AUTORIZADA deverá apresentar o cronograma dos trabalhos a serem desenvolvidos em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.